

Publicação do Decreto-Lei que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento CLP

Foi hoje publicado o Decreto-Lei n.º 220/2012, que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas (Regulamento CLP).

São, assim, designadas as autoridades competentes nacionais, fixadas as competências de cada uma e estabelecido o quadro sancionatório aplicável, em caso de infração, no âmbito do referido regulamento.

Anexo

[Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro](#)